SISTEMA PRIVADO DE ENSINO: CONTRADIÇÕES À PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Graziela Roberta Dorigan de Angeli – Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação

g187033@dac.unicamp.br

Introdução

A Constituição Federal de 1988 consagrou o direito à educação em seu artigo 205, visando “ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL,1988). Diante da obrigação do Estado em garanti-lo, as políticas públicas educacionais devem ser conduzidas nessa direção.

Considerando, as reformas políticas administrativas gerenciais, especialmente, a partir da década de 1990, que minimizaram a ação pública no atendimento aos direitos sociais, verificamos a progressiva interferência privada na execução das políticas públicas sociais, resultando em processos privatizantes da educação pública.

Em 2021 ocorreu a contratação de Sistema Privado de Ensino(SPE) no Município de Amparo, intencionalidade contida no plano de governo (2020) do prefeito eleito para o período (2021-2024).

Esta comunicação faz parte de pesquisa de mestrado em desenvolvimento, de abordagem qualitativa (YIN, 2001), que visa responder a seguinte questão: Quais as influências da adoção de Sistema Privado de Ensino para a formação do Sujeito de Direito na rede municipal de ensino de Amparo? Elegemos como objetivo desse estudo, apresentar os resultados preliminares da pesquisa, referente a análise das normativas que orientam a política educacional municipal (BARDIN, 1977; SHIROMA, CAMPOS, GARCIA, 2005), focalizando na condução do processo de proposição do Sistema Privado de Ensino, tendo como referência uma perspectiva de gestão democrática, e em relação as implicações de sua implementação(2021-2023) para o processo educativo da Rede Municipal de Ensino de Amparo, especificamente na Educação Infantil.

Desenvolvimento

Previamente selecionados de acordo com os propósitos da pesquisa em desenvolvimento, foram analisados os seguintes documentos: a) a Lei Orgânica do Município nº 1/1990; b) a Lei nº 1860/1991 que instituiu o Conselho Municipal de

Educação; c) o Documento Curricular da Secretaria Municipal de Educação de Amparo- Princípios Gerais (2022) e o d) Documento Curricular da Secretaria Municipal de Educação de Amparo - Educação Infantil (2022).

Conforme o objetivo desta apresentação, optamos por organizá-la em dois eixos, conforme segue:

Eixo 1- O processo de proposição de Sistema Privado de Ensino na Rede Municipal de Ensino de Amparo- contradições à perspectiva da Gestão Democrática.

O processo decisório referente a implementação de Sistema Privado de Ensino, assunto de interesse da população, prescinde amplo processo de debate.

A Lei Orgânica (LO) do Município de Amparo, estabelece que “Em defesa do bem comum, a Câmara se pronunciará sobre qualquer assunto de interesse público” (parágrafo único, art. 5º), organizando audiências públicas (art.32º), convocando as autoridades competentes para prestarem informações (art. 5º), devendo o planejamento e a execução das ações governamentais vincularem-se à Câmara Municipal (art. 39º) (AMPARO, 1990). Verificamos na proposição do Sistema Privado de Ensino ausência de audiências públicas e convocação das autoridades competentes para esclarecimentos no período analisado, retratando a omissão dos vereadores.

Compete ao Conselho Municipal de Educação (CME), órgão normativo, deliberativo e consultivo do Sistema de Ensino: “III - zelar pelo cumprimento das disposições constitucionais, legais e normativas em matéria de educação; VI - assistir e orientar o poder público na condução dos assuntos educacionais do Município”. (AMPARO, 1991) Em reunião, no dia 20 de outubro de 2021, a secretária municipal de Educação à época afirmou: “foram convidados os Conselheiros municipais[...] para que também participassem das discussões e pudessem se manifestar nas pesquisas”, ação insuficiente, exigindo-se discussão pelos órgãos de controle social, seguida de aprovação.

Ausente de debate, a adoção de Sistema Privado de Ensino, consistiu em uma decisão unilateral da administração municipal, ferindo os princípios da administração pública, a transparência e participação popular(AMPARO,1990), repercutindo na condução do processo educativo em uma perspectiva democrática.

Eixo 2- A implementação de Sistema Privado de Ensino- Implicações para o processo educativo da Rede Municipal de Ensino Amparo

O Documento Curricular (2022) da Rede Municipal de Ensino assumiu o compromisso com o desenvolvimento do educando nas dimensões “cognitiva, social, afetiva e motora”. (SME-Princípios Gerais, 2022, p.24)

Afirmou-se no Documento Curricular da Educação Infantil (SME, 2022, p.25) que as “propostas devem ser selecionadas, levando-se em conta as características psicológicas do desenvolvimento em que as crianças se encontram, o seu modo de pensar e aprender, suas necessidades e seus interesses”, respeitando a criança em sua singularidade.

No dia 15 de setembro de 2021, durante a apresentação do Sistema de Ensino, o representante da instituição privada, enfatizou que o material apostilado, oferecia “todo conteúdo do aluno”, divergindo da concepção pedagógica existente ao desconsiderar a integração dos aspectos do desenvolvimento para a construção do conhecimento.

Identificamos a sobreposição do Sistema Privado de Ensino em relação ao Documento Curricular Municipal e a metodologia de ensino consolidada na Rede Municipal de Ensino, interferindo na gestão da ação educativa.

Resultante de um processo antidemocrático, desconsiderando os saberes construídos pela Rede de Ensino, a implantação do Sistema Privado de Ensino repercutiu em: treinamentos dos gestores e docentes, execução docente dos conteúdos pré-determinados, reduzindo as possibilidades de vivências educativas inerentes a Educação Infantil.

Depreende-se o rompimento com a perspectiva da instituição escolar como “promotora de situações para que as crianças tomem decisões, façam escolhas, opinem, desenvolvendo a autonomia, criticidade e a reflexão sobre a realidade em que vivem” (ASSIS,M.; ASSIS,O, 2010), restringindo o oferecimento de uma educação em atendimento a integralidade humana.

Considerações Finais

Estabelecido no art. 205 da Constituição/1988 como finalidade educacional a plena formação do indivíduo, seu preparo para cidadania e qualificação para o trabalho, correspondendo a um projeto de educação democrático visando a formação do educando em sua integralidade, evidencia-se obstaculizado por processos privatizantes sob inspiração neoliberal, cujos interesses se contrapõe aos fins da educação pública.

Inferimos que a adoção de Sistema Privado de Ensino, configura-se pela padronização do ensino, controle do comportamento e do conhecimento, reduzindo a possibilidade de uma educação na perspectiva da formação do Sujeito de Direito.

Salienta-se a necessidade do reencontro da identidade educacional municipal, mediante o planejamento e construção coletiva, comprometida em despertar a consciência política, social e cultural no educando, enquanto sujeito de direito, cidadão atuante nas transformações sociais.

Referências bibliográficas

AMPARO. Lei Orgânica do Município de Amparo. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/SP/AMPARO/Lei-organica-1-1990-Amparo-SP.pdf>.

Acesso em: 27 maio 2023.

AMPARO. Lei nº 2310, de 12 de setembro de 1997. Dispõe sobre a criação do sistema municipal de ensino. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 10 maio 2023.

AMPARO. Lei nº 1860, de 06 de dezembro de 1991. Cria o Conselho Municipal de Educação e define sua composição, organização e competência. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br>. Acesso em: 10 maio 2023.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENTO, A. (2012). Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. Revista JA (Associação Académica da Universidade da Madeira), nº 65, ano VII (pp. 42-44). ISSN: 1647-8975.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, 1988.

MANTOVANI DE ASSIS, Orly Zucatto. PROEPRE: Fundamentos teóricos e prática pedagógica para a educação infantil. Campinas, SP: Graf:FE: IDB, 2010.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AMPARO. Documento curricular da Secretaria Municipal de Educação de Amparo: Princípios Gerais/ Amparo, SP. 2022.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE AMPARO. Documento curricular da Secretaria Municipal de Educação de Amparo: educação infantil / Amparo, SP. 2022.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico metodológicos para análise de documentos. *Perspectiva*. Florianópolis, v. 23, n. 02, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769/8999>. Acesso em 07/09/2022.

YIN, R.K. Estudo de caso. Porto Alegre:Bookman-Artmed,2021.